



SOCIEDADE CIVIL E LUTAS URBANAS EM FLORIANÓPOLIS: a origem do Fórum da Cidade

Simone Mattos Machado

RESUMO

Este trabalho trata da origem do Fórum da Cidade de Florianópolis, movimento social de resistência no campo das lutas urbanas, e sua inter-relação com a prática profissional do Serviço Social desenvolvida pelo Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP do Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Ressalta também algumas práticas históricas, constitutiva do processo de formação profissional dos Assistentes Sociais em Santa Catarina.

PALAVRAS-CHAVE: lutas urbanas – serviço social

ABSTRACT

This work deals with the origin of the Forum of the city of Florianópolis, social movement of resistance in the field of urban struggles, and their interrelationship with the professional practice of social work developed by the Center for Studies in Social and Popular Organization - NESSOP Department Social Service, Federal University of Santa Catarina. Also highlights some historical practices constitutive of the process of training of Social Workers in Santa Catarina.

KEYWORDS: urban struggles - Social Services

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende apresentar alguns elementos do processo de surgimento do Fórum da Cidade, enquanto movimento social de resistência no campo das lutas urbanas em Florianópolis, Santa Catarina.

Pretende também elucidar alguns aspectos presentes nas interpretações do senso comum acerca deste movimento no contexto de uma das mais flagrantes expressões da questão social no Brasil, a ocupação desenfreada do espaço urbano e suas conseqüências para o processo de deteriorização da qualidade de vida humana.

Contrapondo-se à imagem da Cidade, propagada principalmente pela mídia escrita, de uma capital sem muitos problemas, “ilha da magia”, onde prevalece a idéia de cidade do lazer e das oportunidades, aparecem, no cenário de Florianópolis, formas variadas de expressão da sociedade civil.

Referimo-nos aqui, ao processo desencadeado a partir do ano de 2000, congregando forças políticas oriundas do associativismo comunitário, organizações de preservação ambiental e setores acadêmicos (especialmente da UFSC), que culminou na criação do chamado Fórum da Cidade de Florianópolis.

As origens deste processo tem como marco o evento organizado pelo Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP) do Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) , em junho de 2001, denominado “A cidade que queremos: um olhar dos sujeitos das organizações sócio-comunitárias e populares de Florianópolis”.

Constituindo-se numa ação dentro da política de extensão universitária o evento pretendia “socializar projetos sócio comunitários de ocupação do solo urbano, voltados para a construção de um modelo de desenvolvimento local com qualidade de vida.”(EHLERS,2002, P.46).

Segundo a carta do evento divulgada após sua realização, os depoimentos e debates constituíram-se num diagnóstico das demandas comunitárias por qualidade de vida e evidenciou o distanciamento entre estas demandas e as políticas públicas municipais.

Nos momentos finais do Evento, foram feitas manifestações e apresentadas proposições, dentre as quais destacamos a necessidade da organização conjunta e articulada dos diversos movimentos sócio comunitários da região da Grande Florianópolis, particularmente daqueles que têm surgido nos últimos anos à luz do combate aos mega

projetos imobiliários, planos diretores impostos, obras e projetos que têm destruído os recursos naturais e que têm descaracterizado as culturas locais. (EHLERS,2002, p.64)

Nesta direção, criou-se uma comissão composta por diversas organizações comunitárias, professores e núcleos da UFSC, com o objetivo de organizar este primeiro fórum ou congresso da cidade.

Os trabalhos da referida comissão organizadora ganham uma dimensão mais qualificada com a aprovação, em julho de 2001 da Lei Federal nº 10.257, denominada de Estatuto da Cidade, fruto da luta histórica do Movimento da Reforma Urbana no Brasil que caminhou cerca de 10 anos entre os muros do Congresso Nacional para ser aprovado. Em seu teor destacamos a garantia do direito à cidade para todos que nela habitam, a participação popular nas discussões e deliberações das políticas urbanas municipais através de audiências públicas e a regularização fundiária e urbanização das áreas ocupadas pela população de baixa renda. (BRASIL, 2001)

Em outubro de 2001 acontece o “I Fórum da Cidade de Florianópolis: um olhar do Movimento Sócio-Comunitário”, que contou com a participação de 80 organizações, na sua maioria de cunho associativo de bairro, cujas deliberações apontaram a necessidade de criação de um fórum permanente, articulador e protagonista das discussões oriundas dos diversos segmentos populares da sociedade civil da Cidade. (FÓRUM DA CIDADE, 2001)

Seguiram-se ao primeiro evento, outros, de notória repercussão, criando uma cultura de debates acerca dos projetos e ações necessárias à garantia da qualidade de vida no espaço urbano de Florianópolis. Detalhes deste processo merecem estudo em separado, já que nosso recorte temporal limita-se ao momento de surgimento do Fórum da Cidade.

O Fórum da Cidade possui uma estrutura organizativa composta por uma instância deliberativa, da qual fazem parte o Congresso da Cidade e as Plenárias, e uma instância executiva composta pelo Comitê Gestor e as Câmaras Temáticas.

Posto isto, estaremos nos referindo teoricamente ao Fórum da Cidade, através dos fundamentos da teoria de Marx, especialmente nas obras: “Glosas críticas marginais”, “Ideologia Alemã” e “Miséria da Filosofia”, concebendo-o como um espaço organizativo das classes populares da sociedade civil, aqui compreendida (a sociedade civil) como o espaço da sociedade de classes no âmbito do capitalismo. A sociedade civil é a sociedade de classes cujos interesses antagônicos se fundam na propriedade privada dos meios de produção da vida material, sendo atravessada por conflitos radicais entre capital e trabalho, pela concorrência, pelos interesses privados, pela anarquia e pelo individualismo. (TONET, 2004)

Neste sentido, o Fórum da Cidade enquanto expressão da sociedade civil, é um espaço onde os interesses das classes populares (organizações comunitárias e outras a elas associadas) disputam na arena da luta política (Estado) um projeto de cidade contraditório àquele proposto pela classe burguesa local (indústria da construção civil, turismo e setor imobiliário).

São inúmeros os exemplos desta roupagem pública de projetos privados que transitam na câmara de vereadores e na cultura administrativa do Executivo. Isto se deve à natureza contraditória do Estado e seu aparato, já que não consegue dar conta de uma contradição de interesses intrínseca à sociedade civil que o criou. Neste sentido, o Estado pode ser compreendido como “a condensação de uma relação de forças políticas estabelecidas entre as classes sociais”. (POULANTZAS, 1981)

Ainda segundo Poulantzas, o Estado é, pela sua natureza, um organizador de forças políticas contraditórias e não estabelece em hipótese alguma relação de exterioridade com as mesmas. Ele é, portanto, a expressão dos interesses das diversas classes ou frações de classes. Também não representa uma estrutura rígida, estática e monolítica, ao contrário, é sustentada por interesses e forças antagônicas que lhe permitem equilibrar-se de forma dinâmica e provisória.

Estas considerações sobre o papel do Estado são importantes na análise do tema em pauta, pois não é nossa intenção conceber o Estado capitalista exclusivamente como objeto das classes dominantes, nem tampouco concebê-lo com total autonomia destes mesmos interesses (de classe). Neste sentido, a que se destacar, a peculiaridade do Fórum da Cidade abrigo em sua base, grande número de organizações do associativismo civil, espaço onde transitam interesses diversos, muitas vezes alvo de cooptação político-partidária ou de grupos oligárquicos conservadores (marca da política partidária em Santa Catarina e Florianópolis).

Salientamos a importância deste trabalho, enquanto tentativa de dar visibilidade a um processo político de luta popular, com características peculiares, relacionadas à realidade que lhe deu origem e que necessita, ao nosso entender, ser analisado de forma sistematizada, especialmente neste momento em que a temática do mundo urbano vem se ampliando nos espaços de formação do Serviço Social.

2. CONTEXTO DA EXPERIÊNCIA

2.1 O adensamento urbano em Florianópolis entre 1950 e 2000

A conformação do espaço urbano da cidade de Florianópolis, fruto do progressivo êxodo rural deflagrado no País a partir dos anos 50, acompanha os processos semelhantes que ocorreram na maioria das cidades brasileiras, especialmente àquelas caracterizadas como sede de órgãos governamentais, aqui nos referindo às cidades capitais. Por sua característica de cidade sede do governo estadual, comportando várias repartições públicas, Florianópolis tem sua economia movida pelo setor de serviços, comércio, construção civil e atividades ligadas à indústria do turismo, tornando-se demasiadamente atrativa a setores sociais diferenciados. Referimo-nos aqui, tanto à população empobrecida já em processo de exclusão nas cidades de médio porte no interior do Estado, bem como setores da classe média, funcionários públicos, profissionais liberais e da classe empresarial interessada em investimentos na indústria do turismo.

A atividade industrial de médio porte aparece em pequena e média escalas nos municípios da área conurbada da Capital, São José, Biguaçu e Palhoça.

De acordo com o relatório do Centro de Estudos Cultura e Cidadania (CECCA,1997), a Cidade cresce nos anos 1960 e 1970 mais integrada às cidades vizinhas e ao Estado, pelo aumento das comunicações e com a implantação da Universidade Federal de Santa Catarina, da ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. e Centrais Elétricas de Santa Catarina.

Nas décadas de 1960 e 1970 houve um acentuado desenvolvimento urbano, incrementa-se a busca e a ocupação das praias pela população local e principalmente por turistas estaduais, interestaduais e estrangeiros, que transitam pela BR 101, recém construída e asfaltada. As conseqüências foram imediatas e devastadoras ao patrimônio natural e cultural. Define-se nos anos 1970, o aglomerado urbano de Florianópolis, resultante do processo de conurbação que forma uma única malha urbana entre os municípios de Florianópolis, Biguaçu, São José e Palhoça. (CECCA,1997)

Neste sentido a década de 70 é um marco na alteração da “feição urbana” de Florianópolis, tendo em vista a intensificação do processo migratório de investimentos econômicos e da população em busca de postos de trabalho. Segundo Pimenta (1999, p.23)

Intensifica-se o processo de verticalização e de ocupação extensiva da ilha e do continente, repartindo sobre estes dois pontos, duas classes complementares: a pequena elite insular de funcionários públicos e uma ampla massa de trabalhadores e prestadores de serviços,

ocupando aleatoriamente a confusa e abandonada área continental, composta por uma parte do município de Florianópolis e uma gama de outros municípios desenvolvidos num rápido e desorganizado processo de conurbação. As antigas colônias pesqueiras vão sendo, também, gradativamente, deslocadas do contato com o mar para dar lugar à ocupação turística da faixa litorânea. Sua destinação varia: desde a ocupação continental, às encostas dos morros e as áreas mais longínquas no interior da ilha.

Entre os anos de 1980 e 1990, ocorre um acréscimo de 70 mil habitantes em Florianópolis, passando a contar com 254.941 habitantes. No ano de 2000 esta população chega à monta de 341.781 habitantes

Não é difícil relacionar o aumento considerável da população de Florianópolis nos períodos indicados com a realidade da migração campo-cidade intensificada nas décadas de 80 e 90 no Brasil, pois segundo o IBGE (2000) a taxa de urbanização brasileira passou de 31,2% em 1940 para 81,2% em 2000.

Neste período, com a ocupação desordenada do solo urbano, aliada a fatores econômicos e políticos, aqui nos referimos aos interesses da especulação imobiliária e da indústria do turismo, bem como à omissão do poder público, aqui representado pela câmara de vereadores e o executivo municipal, agravam-se substancialmente as questões ambientais e a qualidade de vida em Florianópolis.

A destruição progressiva dos recursos naturais, seja pela poluição propriamente dita, seja pela devastação da vegetação nativa ou alteração de ecossistemas, como é o caso da construção de moradia em áreas de dunas; a criação de bolsões de exclusão em áreas periféricas, muitas delas ocupando os morros da Ilha e do Continente, ocasionando freqüentes desabamentos em períodos de chuva; a precariedade dos serviços e equipamentos públicos são fatores que contribuíram para uma crescente reação da sociedade civil em Florianópolis.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental da Prefeitura Municipal de Florianópolis (2006, p.82), no ano de 2002, existiam em Florianópolis 65 assentamentos de moradias precárias, abrigando 65 mil moradores (estimativa). Destes, 33 estavam localizados em áreas de encosta, 6 em mangues, 1 em duna, 1 em restinga, 1 em orla e 24 em área urbanizada.

Assim, o Município apresentava, no início do século XXI, sérios problemas quanto à sua sustentabilidade ambiental: praias com alto grau de contaminação por falta de tratamento do esgoto domiciliar, aterramento de manguezais, desequilibrando a reprodução da flora e fauna nativas, desmatamento de áreas de encostas favorecendo a ocorrência de

desmoronamentos, falta de coleta do lixo domiciliar em áreas de difícil acesso ou de ocupação irregular, dentre outros.

A inexistência de políticas públicas voltadas ao trato das questões até aqui levantadas, além de outras acerca da problemática urbana de Florianópolis, cria as condições para uma reação crescente das classes populares da sociedade civil. Destacamos para fins deste artigo, as organizações de cunho associativista de bairro, também denominada organizações comunitárias, em seu movimento histórico, tendo em vista sua relação direta com o surgimento e constituição do Fórum da Cidade.

2.2 Elementos históricos do associativismo em Florianópolis

As primeiras aproximações acerca da configuração histórica e acúmulos conquistados pelo movimento comunitário em Florianópolis (reportáveis também ao nível do Estado) remetem às características socioeconômicas e culturais de Santa Catarina, fortemente influenciadas pela ocupação do espaço como decorrência da migração européia, especialmente italiana e alemã.

O desenvolvimento comunitário em Santa Catarina, que tem na sua história as bases da colonização européia, acabou por desenvolver um “espírito comunitário associativo e de organização comunitária”, assim também, como o estabelecimento da pequena propriedade e do trabalho livre, que difere da realidade sócio-econômica e cultural das outras regiões do país. (CASTRO,1992)

Não podemos deixar despercebido o papel do Curso de Serviço Social, através de suas ações de assessoria, nos processos organizativos de cunho comunitário Santa Catarina. Tal vinculação ocorre a partir dos anos 60 a partir de vínculos dos estudantes especialmente com as bases paroquiais da igreja católica e em seguida, com a Prefeitura Municipal, Legião Brasileira de Assistência (extinta LBA), Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI).

Fortemente marcada pela influência das metodologias desenvolvimentistas norte-americanas em sua formação, a prática profissional dos estagiários se insere de forma contraditória no espaço comunitário, na medida em que precisava lidar com interesses muitas vezes antagônicos, presentes na relação da população com as instituições públicas e privadas.

Reflexos da política restritiva de direitos civis, característica do período da ditadura militar no Brasil, são sentidos a partir da metade da década de 70, nos processos político

organizativos da sociedade civil de Santa Catarina, como é o caso do controle estatal das entidades comunitárias previsto no decreto governamental nº 2.840 de 16 de junho de 1977, de autoria do então governador Konder Reis, aprimorado por seu sucessor, Jorge Konder Bornhausen, através do decreto nº 8558 de 20 de agosto de 1979.

Inauguram-se, no cenário das forças políticas, estatal e popular, momentos de gradativa perda de autonomia das organizações comunitárias, que, a partir destes decretos, necessitam adaptar seus estatutos aos padrões impostos e suas diretorias eleitas, passam a ser homologadas pelo governador do Estado.

Este vínculo do Curso de Serviço Social da UFSC com os setores comunitários de Santa Catarina tem uma acentuada retração no momento pós reconceituação da Profissão (1980) e recupera-se, ainda que de forma não hegemônica, a partir dos anos 90 com a criação do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP, porém com características diferenciadas uma vez que suas ações ocorriam sem a mediação das instituições campo de estágio.

Experiências de resistência ao processo de controle estatal das entidades se fazem presentes, no âmbito do movimento comunitário em Florianópolis, entre os anos 70 e 80. É o caso da Associação de Moradores da Lagoa (AMOLA) e a Associação de Moradores de Santo Antônio de Lisboa protagonistas na criação, em 1986, da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, entidade autônoma de âmbito municipal que veio substituir a anterior articulação criada através da ação governamental .

Em decorrência deste processo, encontramos hoje, na composição do associativismo comunitário de Florianópolis, formas variadas de organizações, diferenciadas em sua maioria pelas forças políticas que as criaram, ou seja, aquelas que nasceram sob a tutela do Estado e assim permanecem, outras que se constituíram ligadas a grupos de interesse partidários de oposição ao governo e outras que se constituíram de forma autônoma, no sentido político-partidário, com caráter reivindicatório em função das necessidades concretas de melhorias comunitárias.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, gostaríamos de reforçar o que consideramos o fio condutor das nossas análises sobre a origem do Fórum da Cidade, que tentamos demonstrar nas seções anteriores.

O processo de urbanização em Florianópolis ocorreu de forma semelhante às demais cidades brasileiras, especialmente a ocupação desordenada do solo urbano agravada nas décadas de 80 e 90.

Ao mesmo tempo, assistimos no cenário da Cidade a construção de shoppings e mega empreendimentos, a verticalização das construções e a desenfreada especulação imobiliária

Neste sentido, grandes desafios são colocados tanto aos órgãos públicos quanto aos setores populares da sociedade civil, incluindo-se aqui as organizações comunitárias do associativismo de bairro.

O Fórum da Cidade aparece neste cenário como possibilidade de redimensionar as lutas por melhores condições de vida focadas na realidade do bairro ou comunidade, trazendo-as à discussão dentro de uma proposta ampliada no sentido da construção de um projeto de cidade.

Mesmo com as marcas históricas do autoritarismo que marcou o período da ditadura militar no Brasil, o movimento comunitário, ainda que sob os limites prescritos, abriu espaços para a expressão de sua vertente mais combativa. Salientamos que muitos destes sujeitos hoje, integram a direção da UFECO, grande protagonista no processo de mobilização social do Fórum da Cidade.

As ações extensionistas do Departamento de Serviço Social da UFSC, através do NESSOP, em seus projetos de assessoria às organizações comunitárias, amplia e democratiza os espaços de debates sobre a qualidade de vida urbana em Florianópolis, (re)fazendo seu protagonismo (existente no momento da criação do curso) num olhar mais crítico e autônomo.

Torna-se importante ressaltar que, a partir da criação do Fórum da Cidade e do engajamento da UFECO nas mobilizações e fóruns municipais, intensifica-se, no cotidiano das organizações de bairro, um chamamento para a participação em espaços de debates e articulações que estimulam um olhar mais global para a Cidade.

Fruto deste processo foi a constituição de uma agenda de lutas a partir do I e II Fórum da Cidade, processo que teve desdobramentos na direção do enfrentamento dos interesses privados que perpassam a construção da política urbana em Florianópolis. Salientamos porém, que o aprofundamento detalhado desta questão não foi nosso objeto neste trabalho, merecendo estudo em separado.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Zulamar M. Bitencourt. **Uma incursão à formação do estado de Santa Catarina: suas particularidades em relação ao país e contribuições explicativas ao desenvolvimento de comunidade.** Dissertação de mestrado, PUC-SP, 1992.
- CECCA - Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da ilha de Santa Catarina.** 2ª ed. Florianópolis: Insular. 1997.
- EHLERS, Carla Janaína Abrão. **Projeto experiências em cena III: a intervenção teórico-metodológica do Serviço Social.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- FÓRUM DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS. **Documento final do I Fórum da Cidade.** Florianópolis. 2001. Mimeo.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos Populares Urbanos e Democracia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, v. 17, 1985
- IBGE. Anuário estatístico de 1995
- IBGE. Censo demográfico de 2000.
- Lei 10.257, de 10 de julho de. **Estatuto da Cidade, Planalto do Governo.** Brasil. 2001
- NESSOP. FOLDER . **Projeto Experiências em Cena III: A cidade que queremos: um olhar dos sujeitos das organizações sócio comunitárias de Florianópolis.**
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder e o Socialismo.** São Paulo: Graal Editora. 1981
- TONET, Ivo. **Do conceito de sociedade civil.** In: Democracia ou liberdade? Maceió, Edufal, 2a ed. 2004
- WITT, Fabiani. **A pesquisa do perfil das entidades comunitárias filiadas a UFECO: uma contribuição da prática de estágio curricular do curso de Serviço Social.** Trabalho de Conclusão de Curso. UFSC. 2005